



A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange as publicações do mês imediatamente anterior ao da respectiva circulação.

LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Lei n.º 53/2017, de 31 de Maio

Altera o Código do Imposto sobre Veículos, desmaterializando as formalidades declarativas para todos os sujeitos passivos - [DOC](#)

Portaria n.º 182/2017, de 31 de Maio

Regula o pedido online de certidão sobre a existência de testamentos públicos, instrumentos de aprovação, de depósito e abertura de testamentos cerrados e internacionais, escrituras de revogação de testamentos e de renúncia ou repúdio de herança ou legado, registados na Conservatória dos Registos Centrais - [DOC](#)

Portaria n.º 181/2017, de 31 de Maio

Cria a certidão online de registo civil, definindo e regulamentando o seu âmbito, condições de acesso, prazo de validade e emolumentos devidos - [DOC](#)

Portaria n.º 180/2017, de 31 de Maio

Aprova o novo modelo de declaração e respetivas instruções, designado por Declaração de Títulos de Compensação Extrassalarial (Modelo 18), para cumprimento da obrigação referida no n.º 2 do artigo 126.º do Código do IRS -- [DOC](#)

Lei n.º 30/2017, de 30 de Maio

Transpõe a Diretiva 2014/42/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, sobre o congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia. - [DOC](#)

Lei n.º 29/2017, de 30 de Maio

Transpõe a Diretiva 2014/67/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços. - [DOC](#)

Lei n.º 28/2017, de 30 de Maio

Revê o regime sancionatório do direito dos valores mobiliários [transpõe a Diretiva 2014/57/UE, do Parlamento e do Conselho, de 16 de abril de 2014, a Diretiva de Execução (UE) 2015/2392, da Comissão, de 17 de dezembro de 2015, e parcialmente a Diretiva 2013/50/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2013, e adapta o direito português ao Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, procedendo à alteração ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e ao Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de outubro] - [DOC](#)



Lei n.º 27/2017, de 30 de Maio

FAprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, transpondo a Diretiva 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 - [DOC](#)

Lei n.º 26/2017, de 30 de Maio

Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais e diminui os constrangimentos à livre circulação de pessoas, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e transpondo a Diretiva 2013/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e o Regulamento (UE) n.º 1024/2012, relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno - [DOC](#)

Portaria n.º 169, de 25 de Maio

Alteração ao anexo à Portaria n.º 302-A/2016, de 2 de dezembro - [DOC](#)

Lei n.º 22/2017, de 23 de Maio

Primeira alteração à Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, que estabelece o estatuto do administrador judicial, equiparando os administradores judiciais aos agentes de execução, nomeadamente para efeitos de acesso ao registo informático das execuções e de consulta das bases de dados - [DOC](#)

Lei n.º 17/2017, de 16 de Maio

Primeira alteração à Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, que estabelece o estatuto do administrador judicial, equiparando os administradores judiciais aos agentes de execução, nomeadamente para efeitos de acesso ao registo informático das execuções e de consulta das bases de dados - [DOC](#)

DESPACHOS E CIRCULARES

Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais - Despacho n.º 212/2017-XXI, de 31 de Maio - determina a prorrogação do prazo para cumprimento da obrigação de entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES) referente ao exercício de 2016, até 22 de julho de 2017 de multinacionais - [DOC](#)

Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais - Despacho n.º 170/2017-XXI, de 28 de Maio - foi prorrogado, para dia 31 de Outubro de 2017, o prazo para cumprimento da obrigação declarativa de informação financeira e fiscal de multinacionais - [DOC](#)

Autoridade Tributária Aduaneira - Circular n.º 5/2017 - Normas previstas nas partes II e III do Estatuto dos Benefícios Fiscais vigentes durante o ano de 2017 - [DOC](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - DECRETOS

Decreto n.º 102/XIII, de 26 de Maio

Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, procede à quarta alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados - [DOC](#)

Decreto n.º 100/XIII, de 18 de Maio

Estabelece o princípio da não privatização do setor da água, procedendo à quinta alteração à Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - [DOC](#)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

PROPOSTAS DE LEI

Proposta de Lei 90/XIII, de 24 de Maio

Procede à quadragésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, à quinta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, à primeira alteração à Lei de vigilância eletrónica, aprovada pela Lei n.º 33/2010, de 2 de setembro e à segunda alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto. - [DOC](#)

Proposta de Lei 89/XIII, de 23 de Maio

Autoriza o Governo a regular o acesso e o exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito, transpondo a Diretiva 2014/17/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos de crédito aos consumidores para imóveis de habitação - [DOC](#)

Proposta de Lei 88/XIII, de 23 de Maio

Transpõe parcialmente a Diretiva 2014/91/UE, no que diz respeito às funções dos depositários, às políticas de remuneração e às sanções - [DOC](#)

Proposta de Lei 87/XIII, de 23 de Maio

Altera o procedimento e processo tributários - [DOC](#)

Proposta de Lei 86/XIII, de 23 de Maio

Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional, e transpõe as Diretivas n.ºs 2014/36/UE, 2014/66/UE e 2016/801, de 11 de maio - [DOC](#)

Proposta de Lei 85/XIII, de 23 de Maio

Aprova o regime jurídico de conversão de créditos em capital - [DOC](#)

Proposta de Lei 84/XIII, de 23 de Maio

Aprova o regime extrajudicial de recuperação de empresas - [DOC](#)

Proposta de Lei 83/XIII, de 23 de Maio

Estabelece o estatuto do mediador de recuperação de empresas - [DOC](#)

Proposta de Lei 80/XIII, de 16 de Maio

Altera o Código do Imposto Único de Circulação, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e prorroga a vigência dos benefícios fiscais relativos ao mecenato científico - [DOC](#)

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei 508/XIII, de 21 de Abril - PCP

Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos - [DOC](#)

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução 885/XIII, de 24 de Maio - CDS-PP

Recomenda ao Governo que aprove o diploma legal que define os casos, formas e termos em que os atos administrativos podem ser impostos coercivamente pela administração, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo - [DOC](#)



Projeto de Resolução 875/XIII, de 17 de Maio - PSD

Recomendação ao Governo para a realização urgente de um estudo sobre as implicações para a economia portuguesa da saída do Reino Unido da União Europeia - [DOC](#)

Projeto de Resolução 865/XIII, de 12 de Maio - BE

Recomenda uma alteração do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial que respeite o direito à contratação coletiva e uma nova orientação para a gestão do setor público empresarial - [DOC](#)

CNSF - CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS

Acta

Reunião do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros de 6 de Março de 2017 - [DOC](#)

CMVM - COMISSÃO DE MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta pública n.º 2/2017- Projeto de alteração do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, relativo a deveres de informação - [DOC](#)

Consulta pública sobre a possibilidade de previsão no ordenamento jurídico nacional dos fundos de créditos, 2 de Junho - [DOC](#)

Informação sobre consulta pública da ESMA sobre o Regulamento relativo aos fundos do mercado monetário - [DOC](#)

CIRCULARES E FAQS

Nova Estrutura Orgânica da CMVM - [DOC](#)

Atualização das FAQ sobre o Regulamento da CMVM n.º 4/2015 - Supervisão de Auditoria, de 16 de Maio

O presente documento destina-se a esclarecer algumas dúvidas relacionadas com a aplicação do Regulamento da CMVM n.º 4/2015 - Supervisão de Auditoria - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Estatísticas trimestrais sobre day-trading - 1.º Trimestre de 2017 - [DOC](#)

Indicadores de síntese do mercado de capitais português – Maio de 2017 - [DOC](#)

Indicadores de síntese dos organismos de investimento coletivo e dos fundos de investimento alternativo - Abril 2017 - [DOC](#)

Indicadores mensais sobre receção de ordens por conta de outrem - Abril 2017 - [DOC](#)

Estatísticas periódicas – Fundos de investimento imobiliário - Abril 2017 - [DOC](#)



BANCO DE PORTUGAL

INTERVENÇÕES

Audição Anual do Governador do Banco de Portugal pela Comissão de Orçamento e Finanças e Modernização Administrativa - 24 de Maio - [DOC](#)

Apresentação do Diretor do Departamento de Estatística, João Cadete de Matos, no ISEG: "O potencial analítico da balança de pagamentos para a compreensão da economia portuguesa" - 16 de Maio - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Relatório do Conselho de Administração - Atividade e Contas 2016 - 23 Maio - [DOC](#)

Boletim Oficial - Maio 2017 - [DOC](#)

Relatório Anual da Atividade de Cooperação 2016 - [DOC](#)

Boletim Estatístico - Maio 2017 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Empréstimos concedidos pelo setor financeiro - Abril de 2017 - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários - Março de 2017 - [DOC](#)

Dívida pública - Abril de 2017 - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro - Março de 2017 - [DOC](#)

Financiamento das Administrações públicas - Março de 2017 - [DOC](#)

Balança de pagamentos - Março de 2017 - [DOC](#)

Posição de investimento internacional - Março de 2017 - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

Commission Implementing Decision (EU) 2017/919 amending Implementing Decision (EU) 2016/1942 on the specifications of the European Investment Project Portal (versão em língua portuguesa), May 29 - [DOC](#)

Public consultation on the database directive: application and impact, May 24 – [DOC](#)

Recommendation abrogating Decision 2010/288/EU on the existence of an excessive deficit in Portugal. COM/2017/0530 final (versão em língua portuguesa), May 22 – [DOC](#)

European Semester: Country-specific recommendations (versão em língua portuguesa), May 22 – [DOC](#)

Recommendation on the 2017 National Reform Programme of Portugal and delivering a Council opinion on the 2017 Stability Programme of Portugal (versão em língua portuguesa), May 22 – [DOC](#)

Public Consultation on company law - Rules on digital solutions and efficient cross-border operations, May 18 – [DOC](#)

Public Consultation on the evaluation and revision of the .eu top-level domain, May 12 – [DOC](#)

Reflection on harnessing globalisation (versão em língua portuguesa), May 10 – [DOC](#)

Proposed Amendments to EMIR - The European Commission is proposing targeted reforms to improve the functioning of the derivatives market in the EU, May 4 - [DOCs](#)

EUROPEAN COUNCIL

Capital Markets Union: new **Prospectus** rules adopted, May 16 - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

AIFMD - ALTERNATIVE INVESTMENT FUND MANAGERS DIRECTIVE

Q&A - Updated AIFMD - [DOC](#)

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

Opinion - OTC derivatives - regarding the implementation of the Markets in Financial Instruments Directive (MiFID II) and Regulation (MiFIR), May 22 - [DOC](#)

Follow-up Report to the Peer Review on MiFID Conduct of Business rules relating to fair, clear and not misleading information, May 18 - [DOC](#)

MONEY MARKET FUNDS

Public Consultation on the Money Market Funds Regulation (MMFR) - [DOC](#)

MAR - MARKET ABUSE REGULATION

Communication on reference data submission, May 30 - [DOC](#)



Q&A - Updated - May 30 - [DOC](#)

OTHER

Opinion - General principles to support supervisory convergence in the context of the United Kingdom withdrawing from the European Union - May 31 - [DOC](#)

Response to the European Commission's consultation on the operations of the European Supervisory Authorities (ESAs), May 29 - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

Opinion on EU Commission consultation on the operation of the ESAs, May 31 - [DOC](#)

Details of its 2017 EU-wide transparency exercise, May 25 - [DOC](#)

EBA welcomes enhanced FX Global Code, May 25 - [DOC](#)

Consultaion on scope of its draft guidelines on connected clients, May 25 - [DOC](#)

Opinion on own funds in the context of the CRR review proposal, May 23 - [DOC](#)

Report on the monitoring of CET1 instruments issued by eu institutions, May 23 - [DOC](#)

Updated list of capital instruments that Competent Supervisory Authorities (CAs), May 23 - [DOC](#)

Final Draft Technical Standards on valuation for the purposes of resolution and on valuation to determine difference in treatment following resolution under Directive 2014/59/EU on recovery and resolution of credit institutions and investment firms, May 23 - [DOC](#)

Public Consultation - Draft recommendations on outsourcing to cloud service providers under Article 16 of Regulation (EU) No 1093/2010, May 17 - [DOC](#)

Final Guidelines on credit institutions credit risk management practices and accounting for expected credit losses, May 12 - [DOC](#)

Final Guidelines to Assess ICT Risk, May 11- [DOC](#)

Public Consultation on draft standards on the eligibility criteria for granting simplified obligations for recovery and resolution planning, May 8 - [DOC](#)

ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

Report on Access to Finance, June 1 - [DOC](#)

Guide to fit and proper assessments, May 2017 - [DOC](#)

FSB - FINANCIAL STABILITY BOARD

Report - Stocktake of efforts to strengthen the governance frameworks to mitigate misconduct risks, May 23 - [DOC](#)

Report on FinTech Credit Provision, May 22 - [DOC](#)



Report on global Shadow Banking Monitoring - 2016, May 10 - [DOC](#)

Report on Corporate Governance, April 28 - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Working Paper - The impact of macroprudential policies and their interaction with monetary policy: an empirical analysis using credit registry data, May 12 - [DOC](#)

Working Paper Prudential policies and their impact on credit in the United States, March 31 - [DOC](#)

Speech - Andreas Dombret Speaks on European Supervision and International Regulation, May 15 - [DOC](#)

IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

IOSCO Annual Conference, May 17 - [DOC](#)

Methodology for Assessing Implementation of the IOSCO Objectives and Principles of Securities Regulation, May - [DOC](#)

Objectives and Principles of Securities Regulation May - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2017, de 29 de Maio

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: A isenção de IMT prevista pelo n.º 2 do art.º 270.º do CIRE aplica-se, não apenas às vendas ou permutas de empresas ou estabelecimentos enquanto universalidade de bens, mas também às vendas e permutas de imóveis, enquanto elementos do ativo de sociedade insolvente, desde que enquadradas no âmbito de um plano de insolvência ou de pagamento, ou praticados no âmbito da liquidação da massa insolvente - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 6 de Abril

O intermediário financeiro constitui-se em responsabilidade civil quando viole deveres respeitantes ao exercício da sua actividade que lhes sejam impostos por lei, presumindo-se a sua culpa quando o dano seja originado pela violação de deveres de informação.

A extensão e a profundidade da informação devem ser tanto maiores quanto menor for o grau de conhecimentos e de experiência do cliente, o que pressupõe o reconhecimento de que as exigências de informação variam em função do perfil do cliente a quem o serviço é prestado, assentando o cumprimento do dever de informação num princípio de proporcionalidade, visto que, quanto menor for o conhecimento e experiência do cliente em relação ao objecto do seu investimento, maior será a sua necessidade de protecção - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 21 de Março

Pode ser objecto de execução específica – art. 830º, nº1, do Código Civil - o contrato promessa unilateral de compra e venda de acções ao portador, assumido pelo accionista da sociedade investida que celebrou o acordo parassocial para adquirir as acções que representam a participação accionista do FCR, a fim de este obter o pagamento do valor investido, estando o promitente adquirente em mora.

Tal sentença supre a declaração de vontade do promitente comprador em mora e opera eficácia translativa imediata da titularidade de tais acções, não carecendo a perfeição negocial do contrato, de quaisquer outras formalidades, mormente, a prevista no art. 101º do Código de Valores Mobiliários, que impõe a efectiva entrega dos títulos ao adquirente - [DOC](#)

JURISPRUDÊNCIA EUROPEIA

Judgment of the Court (Sixth Chamber) of 17 May 2017

Portuguese Republic v European Commission.

Appeal — EAGF and EAFRD — European Commission implementing decision — Notification to the addressee — Subsequent rectification of the print lay-out of the annex — Publication of the decision in the Official Journal of the European Union — Time limit for bringing an action — Point from which time starts to run — Delay — Inadmissibility.

Case C-339/16 P - [DOC](#)

Judgment of the General Court (Fourth Chamber, Extended Composition) of 16 May 2017

Landeskreditbank Baden-Württemberg - Förderbank v European Central Bank.

Economic and monetary policy — Prudential supervision of credit institutions — Article 6(4) of Regulation (EU) No 1024/2013 — Article 70(1) of Regulation (EU) No 468/2014 — Single supervisory mechanism — Competences of the ECB — Decentralized exercise by the national authorities — Assessment of the size of a credit institution — Need for direct supervision by the ECB.

Case T-122/15 - [DOC](#)



Case C-136/16: Order of the President of the Second Chamber of the Court of 10 March 2017 (request for a preliminary ruling from the Supremo Tribunal de Justiça — Portugal) — Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento SA v Banco Santander Totta SA - The President of the Second Chamber has ordered that the case be removed from the register - [DOC](#)

Joined Cases C-217/15 and C-350/15: Judgment of the Court (Fourth Chamber) of 5 April 2017 (request for a preliminary ruling from the Tribunale di Santa Maria Capua Vetere — Italy) — criminal proceedings against Massimo Orsi (C-217/15), Luciano Baldetti (C-350/15) (Reference for a preliminary ruling — Taxation — Value added tax — Directive 2006/112/EC — Articles 2 and 273 — National legislation providing for an administrative penalty and a criminal penalty for the same offences, relating to the non-payment of value added tax — Charter of Fundamental Rights of the European Union — Article 50 — Ne bis in idem principle — Identity of the accused or penalised person — Absence) - [DOC](#)

Case C-544/15: Judgment of the Court (Grand Chamber) of 4 April 2017 (request for a preliminary ruling from the Verwaltungsgericht Berlin — Germany) — Sahar Fahimian v Bundesrepublik Deutschland (Reference for a preliminary ruling — Area of freedom, security and justice — Directive 2004/114/EC — Article 6(1)(d) — Conditions of admission of third country nationals — Refusal of admission — Concept of ‘threat to public security’ — Margin of discretion) - [DOC](#)

Processo C-337/15: Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção) de 4 de abril de 2017 — Provedor de Justiça Europeu/Claire Staelen «Recurso de decisão do Tribunal Geral — Responsabilidade extracontratual da União Europeia — Tratamento pelo Provedor de Justiça Europeu de uma queixa relativa à gestão de uma lista de candidatos aprovados num concurso geral — Violações do dever de diligência — Conceito de “violação suficientemente caracterizada” de uma regra de direito da União — Dano moral — Perda de confiança na instituição do Provedor de Justiça Europeu» - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

CFP - CONSELHO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Análise ao Programa de Estabilidade 2017-2021 - [DOC](#)

OCDE

Business and Finance Outlook 2017, May 30 - [DOC](#)

International Trade Statistics: trends in first quarter 2017, May 29 - [DOC](#)

Sovereign Borrowing Outlook 2017, May 26 - [DOC](#)

PISA 2015 Results (Volume IV) - Students' Financial Literacy, May 24 - [DOC](#)

Investing in Climate, Investing in Growth, May 23 - [DOC](#)

GDP Growth - First quarter of 2017, May 22 - [DOC](#)

Compendium of Productivity Indicators 2017, May 18 - [DOC](#)

Harmonized Unemployment Rates (HURs) - Updated: May 11 - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

WORKING PAPERS

Liquidity Stress Testing, May 1 - [DOC](#)

Central Bank Legal Frameworks, May 1 - [DOC](#)

Fiscal Crises, April 3 - [DOC](#)

EUROPEAN ISSUERS

Joint letter on public Country by Country Reporting, May 29 - [DOC](#)

Response to EC consultation on the operations of ESAs, May 16 - [DOC](#)

FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

Speech - Christopher Woolard, Executive Director of Strategy and Competition at the FCA - "Competition and innovation in financial services: the regulator's perspective", May 11 - [DOC](#)

ISDA - INTERNATIONAL SWAPS AND DERIVATIVES ASSOCIATION

Vision for a Smart Future, May 30 - [DOC](#)

Safe and Efficient Markets, May 17 - [DOC](#)



FX GLOBAL CODE

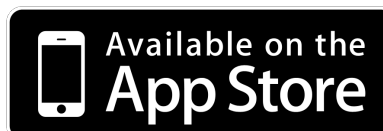
FX Global Code, May 25 - [DOC](#)

UTAO - UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

Nota Mensal sobre a Dívida Pública - Abril 2017 - [DOC](#)

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO

READ

FOLLOW

LINK

LIKE

SHARE

DISCUSS



[website](#)



[blog](#)



[linkedin](#)



[facebook](#)



[twitter](#)



[e-mail](#)

REGULATORY UPDATE

Junho 2017

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa
Telefone: +351 21 820 49 70
Fax: +351 21 807 74 90
abel.ferreira@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,
1050-215 Lisboa
Telefone: +351 213 170 996
Fax: +351 213 170 999
sofia.borges@slba.pt
www.slba.pt